

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.139, DE 2009

Disciplina a ação civil pública para a tutela de direito e interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Surpima-se do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.139, de 2009 as expressões “independentemente do pedido ou solicitação do autor”

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os princípios jurídicos bem conceituados em nossa sistemática processual, o Juiz é sempre um órgão que responde , que sentencia , que julga e jamais aquele que promove ações, que exige procedimentos de terceiros , pois a sua função é receber solicitações e pedidos para julgar , para decidir questões que envolvem conflitos sociais. Assim sendo, dar ao Juiz a iniciativa de agir como se fosse parte, ou como se fosse o advogado de uma causa, ou promotor em um processo significa alterar, para não dizer destituir a função de julgador, quando lhe é deferida a atribuição de suprimir o pedido da parte, substituindo-a arbitrariamente dentro do Poder Judiciário. Ora, dar ao Juiz a função de “independentemente do pedido ou solicitação do autor” atuar em nome dele, agir, portanto, arbitrariamente em nome de uma parte dentro do processo é desfigurar a função do julgador, é permitir uma intervenção descabida no ritual da busca da solução judiciária. A emenda, portanto, visa restabelecer

dentro da lei proposta a posição serena e neutra do juiz em face da causa que julga.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 2009.

Bonifácio de Andrada
Deputado Federal